

ROTAS ACESSÍVEIS: UM PROJETO DE INCLUSÃO PARA O CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFPB

Angelina Dias Leão Costa (1)

(1) Dra., Professora do Departamento de Arquitetura, angelinadlcosta@yahoo.com.br
Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Arquitetura, Laboratório de Conforto Ambiental

1. INTRODUÇÃO

O tema Acessibilidade vem sendo evidenciado desde a promulgação da NBR 9050 (ABNT, 2004) que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; e do Decreto Federal n 5.296/2004 (CASA CIVIL, 2004) que regulamenta as leis federais n 10.048/00 e 10.098/00 estabelecendo prazos e procedimentos para as ações voltadas à acessibilidade. E os cursos de Arquitetura e Urbanismo, responsáveis por formar o profissional que intervém no espaço urbano e no edifício, têm o dever de capacitá-lo a projetar corretamente de forma a evitar as barreiras arquitetônicas, garantindo a qualidade, a segurança e o bom desempenho dos espaços.

Grande parte da população enfrenta algum tipo de dificuldade, seja de mobilidade temporária ou definitiva devido à idade, peso, altura, deficiência auditiva, visual, mental ou motora, situação (gestantes), etc.; e os profissionais arquiteto e engenheiro podem desempenhar um importante papel na inclusão dessas pessoas, equiparando as oportunidades através de seus projetos.

A locomoção de um indivíduo em um ambiente livre de barreiras é uma das premissas do Desenho Universal, para garantir a autonomia e liberdade de ir e vir de uma pessoa (STORY, 2001 apud BERNARDI, KOWALTOWSKI & ZUBEN, 2007). Assim sendo, barreiras físicas são responsáveis pela inclusão ou exclusão da pessoa com deficiência; e ocorrem seja por desconhecimento técnico na hora de projetar, ou pela má execução dos detalhes projetuais; sendo as mais evidentes: desníveis, larguras, alturas e inclinações incorretas. Elas estão presentes em todos os lugares: calçadas, banheiros, circulações, dentre outros.

No Centro de Tecnologia da UFPB essa realidade não é diferente. Basta uma caminhada para perceber que as barreiras arquitetônicas existem, justo na “casa” dos responsáveis por projetar e determinar essas situações de inclusão x exclusão. Assim, o intuito da pesquisa originária desse artigo é tornar o Centro de Tecnologia da UFPB um bom exemplo, identificando os problemas e propondo-lhe rotas acessíveis.

Entende-se por rota acessível um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A Rota de Acessível Externa – RAE, pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas e sinalização tanto horizontal como vertical. E a Rota de Acessibilidade Interna – RAI, incorpora portas, corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores, balcões (NBR 9050, 2004), incluindo ainda banheiros e espaços comuns de trabalho, com sala de aula, laboratórios e áreas de vivência. Ambas serão trabalhadas na pesquisa.

2. OBJETIVO

O objetivo desse artigo é apresentar um projeto de extensão em andamento no Centro de Tecnologia da UFPB que pretende situá-lo no contexto do Desenho Universal, estabelecendo rotas acessíveis em conformidade com a legislação específica vigente, tornando-o uma referência arquitetônica positiva não só para alunos de arquitetura e urbanismo, mas para a sociedade universitária como um todo.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa consta de 03 etapas principais: Diagnóstico da população, Mapeamento de principais rotas utilizadas (com levantamento da situação física do Centro de Tecnologia quanto à acessibilidade e eleição de rotas a serem trabalhadas) e Proposição de adequações para essas rotas de forma a torná-las acessíveis, através da elaboração de um projeto arquitetônico. As duas primeiras etapas estão em andamento, baseadas nas metodologias de Ornstein, Bruna e Romero (1995), Ornstein (1992) e Ornstein e Ono (2005), atualizadas pela NBR 9050 (ABNT, 2004), e na de Bernardi, Kowaltowski & Zuben (2007).

3.1. Diagnóstico

Foi caracterizada a população usuária do Centro de Tecnologia da UFPB, levantando-se os tipos de deficiências apresentadas, através de análise de dados provenientes da observação, dos dados oficiais (CODESC e secretarias dos departamentos e do próprio CT) e de questionários amostrais, baseados em técnicas de Avaliação Pós-Ocupação (APO).

3.2. Mapeamento de rotas

Também por meio de técnicas de APO (mapeamentos, passeios auto-guiados, questionários de observação, *walkthrough*), estão sendo mapeadas as rotas existentes e levantadas suas barreiras físicas (Fig. 01). Em uma próxima etapa serão determinadas que rotas deverão ser adaptadas. Essas rotas deverão contemplar tanto as pessoas que cheguem de automóvel e usem o estacionamento, como aquelas que utilizam-se de ônibus.

A determinação dessa rota acessível deverá considerar, de acordo com Bernardi, Kowaltowski & Zuben (2007): a situação construtiva dos acessos principais às edificações (estacionamento, desníveis, calçadas, escadas, rampas existentes); identificação dos principais fluxos de circulação de pedestres; quantificação de pedestres que circulam; horários mais utilizados; barreiras arquitetônicas (equipamentos e mobiliário urbanos); vegetação existente nas vias para pedestres; identificação do sistema viário do entorno e sinalização. Depois de mapeadas serão escolhidas as rotas a serem trabalhadas na próxima etapa.



Figura 01 – Foto do CT – UFPB evidenciando desníveis existentes

3.3. Proposição de adequações – Elaboração do projeto arquitetônico

A concepção do projeto arquitetônico a ser implantado deve atender os princípios do Desenho Universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade (legislação vigente), e conceito adotado por Story (2001) apud BERNARDI & KOWALTOWSKI (2007) que propõe um espaço com uso democrático e igualitário para diferentes perfis de usuários (de crianças a idosos, passando por quem possui limitações físicas temporárias ou permanentes). Assim, será desenvolvido um projeto de arquitetura - no nível executivo - para subsidiar a proposta; considerando-se inclusive o projeto existente de expansão para o CT, que inclui a construção de mais alguns edifícios.

4. RESULTADOS PARCIAIS

Embora não esteja concluído, o levantamento de dados para elaboração do diagnóstico e o mapeamento das rotas existentes já apontam para algumas considerações:

- Em primeiro lugar que existem inúmeras rampas interligando os diversos níveis dos espaços físicos do Centro de Tecnologia, na tentativa de integrá-los, contudo a maior parte delas foi executada fora de norma ou não apresenta corrimão, ou as duas coisas, estando portanto inadequadas;
- Outro ponto estudado diz respeito aos banheiros, que quando apresentam alguns elementos exigidos por norma (como barras de apoio) essas estão mal dimensionadas ou posicionadas,
- Analisando-se o estacionamento, identificou-se que não tem vagas destinadas às pessoas com deficiência e está muito desorganizado, precisando de re-ordenamento, sinalização e adequação;
- Mas o maior problema diz respeito às circulações verticais, uma vez que os edifícios de mais de um pavimento só apresentam escadas, impedindo assim o livre trânsito.

Esse trabalho é de suma importância para a adequação dos espaços do Centro de Tecnologia da UFPB à realidade e necessidade da acessibilidade, uma vez que através dessa pesquisa não só serão identificados os problemas, bem como serão propostas soluções exequíveis de forma tornar o Centro de Tecnologia em uma referência arquitetônica positiva para a UFPB e para a sociedade como um todo.

Além disso, pretende-se estimular que a mesma metodologia de pesquisa seja empregada em outros centros da universidade, a exemplo de estudos desenvolvidos em outras universidades; proporcionando aos alunos, acostumados a identificar os erros, a vivência em espaços acessíveis em conformidade com a legislação pertinente.

Por fim, acredita-se que a população com deficiência será beneficiada diretamente e terá seu direito de ir e vir garantido, consolidando a função social da arquitetura nesse processo. Por outro lado, a Universidade Pública melhora não só a qualidade do seu ensino como as suas próprias instalações físicas, e garante assim a inclusão sócio-espacial tão almejada e uma maior aproximação com a comunidade local.

5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BERNARDI, Núbia; KOWALTOWSKI, Doris. O impacto do desenho universal no processo e no ensino do projeto arquitetônico: o caso de indivíduos com visão subnormal. In: V Encontro Latino-Americano e IX Encontro Nacional Sobre Conforto no Ambiente Construído, Ouro Preto, 2007, **Anais...** Ouro Preto, ENCAC-ELAC 2007. CD-ROM.

BERNARDI, Núbia; KOWALTOWSKI, Doris & ZUBEN, Afonso Celso. Visuais: diretrizes para projeto e execução de uma Rota Acessível e de um mapa tátil para o campus da Unicamp. In: V Encontro Latino-Americano e IX Encontro Nacional Sobre Conforto no Ambiente Construído, Ouro Preto, 2007, **Anais...** Ouro Preto, ENCAC-ELAC 2007. CD-ROM.

Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Federal nº 5.296**. Brasília, DF: Gabinete da Casa Civil, 2004.

ORNSTEIN, Sheila; BRUNA, Gilda e ROMERO, Marcelo. **Ambiente construído e comportamento**: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental. São Paulo: NOBEL/ FAUUSP, 1995.

ORNSTEIN, Sheila. **Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído**. Marcelo Romero (colaborador). São Paulo: NOBEL/ EDUSP, 1992.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; ONO, Rosaria. Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Conforto Ambiental de Escolas: Comparação entre ferramentas qualitativas e quantitativas. In: IV Encontro Latino-Americano e VIII Encontro Nacional Sobre Conforto no Ambiente Construído, Maceió, 2005, **Anais...** Maceió, ENCAC-ELAC 2005. CD-ROM.